



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	PEDAGOGIA
Disciplina	PI0004 - FUNDAMENTOS DA EDUCACAO INFANTIL
Turma Local	PIN-R

Carga Horária: 68

PLANO DE ENSINO

EMENTA

A construção socio-histórica e cultural dos conceitos de infância e criança. História do atendimento à infância brasileira e as políticas educacionais da educação infantil no Brasil. A infância e a criança indígena no Brasil. As crianças kaigangs, guaranis e xetás no Paraná.

I. Objetivos

1. Compreender o processo social e histórico da infância como categoria, da criança como sujeito histórico e da educação infantil como espaço-tempo de educação;
2. Apropriar-se dos fundamentos filosóficos, históricos, políticos, pedagógicos e cultural da educação infantil;
3. Analisar o desenvolvimento das instituições de educação infantil no Brasil;
4. Conhecer a legislação e as políticas de educação infantil, com ênfase na educação infantil indígena;
5. Estabelecer relações e contradições na educação da criança indígena, nos diferentes espaços-tempos (família, aldeia, escola, na itinerância);

II. Programa

III. PROGRAMA

Unidade I - A construção socio-histórica e cultural dos conceitos de infância e criança

- 1.1 A concepção de infância (0 a 10 anos) na modernidade: o surgimento do sentimento de infância e de família desde a Idade Média até os tempos modernos;
- 1.2 A construção do pensamento pedagógico sobre a educação da criança: enfoque sobre as ideias de Rousseau, Pestalozzi, Fröebel, Decroly, Maria Montessori e Freinet, Makarenko, Krupskaja;
- 1.3 Origem das instituições de educação infantil no mundo ocidental: asilos; escolas maternas; jardim de infância; creches e pré-escolas;
- 1.4 História das crianças no Brasil: Indígenas; escravas, operárias, (...).

Unidade II - História do atendimento à infância brasileira e as políticas educacionais da educação infantil no Brasil

- 2.1 A Constituição Federal de 1988; O Estatuto da criança e do Adolescente; LDB/ 9394/96; Lei n. 12. 796 de 4 de abril de 2013 (altera a emenda Constitucional 59, de 11 de novembro de 2009) – torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade;
- 2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009); Deliberação n.º 02/2014- Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Paraná – CEE ; Resolução SESA/PR nº 0162/05 no que diz respeito à educação infantil; Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- perspectivas atuais.
- 2.3 Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas(MEC, 1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (MEC, 2012).

Unidade III - A infância e a criança indígena no Brasil

- 3.1 Fundamentos filosóficos, históricos, políticos, pedagógicos e culturais da educação infantil.

Unidade IV - As crianças kaigangs, guaranis e xetás no Paraná.

- 4.1 História do atendimento nas famílias, aldeias e instituições locais;
- 4.2 Práticas pedagógicas na educação infantil

III. Metodologia de Ensino

Exposição oral do conteúdo como apresentação prévia dos textos;

Leitura dirigida de textos em grupos e individualmente; leitura de obras de arte/imagens da infância com realização de seminários para desenvolver a oralidade;

Produção de registros, sistematizações, produção de glossário dos conceitos centrais,;

Escrita da biografia dos pensadores da educação infantil e suas contribuições para o trabalho pedagógico;

Escrita individual da história de da infância e da infância das crianças da sua aldeia;

Exposição de filmes, documentários como forma de linguagem para compreender os conceitos;

IV. Formas de Avaliação

V. AVALIAÇÃO

InstrumentosCritérios

GlossárioApropriação do conhecimento. Capacidade de interpretação, análise e síntese.

Prova oralApropriação do conhecimento. Capacidade de interpretação, análise e síntese. Desenvolver a oralidade.

Registros escritos Atividades individuais de treino da grafia da escrita.

Resumo / resenha de textos Apropriação do conhecimento. Capacidade de interpretação, análise e síntese.

SeminárioApropriação do conhecimento. Capacidade de reflexão, análise e síntese. Uso e organização do tempo. Postura e oralidade.

Planejamento da apresentação.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023	
Tp. Período	Anual	
Curso	PEDAGOGIA	
Disciplina	PI0004 - FUNDAMENTOS DA EDUCACAO INFANTIL	Carga Horária: 68
Turma Local	PIN-R	

PLANO DE ENSINO

V. Bibliografia

Básica

) BÁSICA

- ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2a. ed.. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos Editora, 1981.
- BRASIL. Resolução n. 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.
- _____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF. 1998.
- BERGAMASCHI, M. A. Infancias nas aldeias Guarani: um modo próprio de estar da Kyringüie. Revista Contexto e educação, jan/jun de 2008, p. 223-247.
- DEL PRIORE, M. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.
- FORMOZINHO, J. O (Org.). Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado contruindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- KUHLMANN, J. M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- Nacionais para a Educacao Escolar Indigena na Educacao Basica. Brasília, 2012.
- OLIVEIRA, Z. M. R. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TASSARINI, Antonela Maria; GRANDO, Beleni Saléte e ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos (orgs). Educação indígena : reflexões sobre noções nativas de infância, aprendizagem e escolarização. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2012.
- TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. Revista Tellus, Campo Grande, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. 2007.

Complementar

- ALVARES, Myriam Martins. Kitoko Maxakali: a criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização. Revista Antropológicas, Recife, ano 8, v. 15, n. 1, p. 49-78, 2004. ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. Lei n.º 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1990.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Critérios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais das crianças. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Política de Educação Infantil - Proposta. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1993.
- _____. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Política de Cuidado e Educação da 1ª Infância no Brasil. MEC/2006.
- FREITAS, M. C. de, KUHLMANN JR. M. (org). Os Intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREITAS, M. C. de, KUHLMANN JR. M. (org). Os Intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREITAS, M. C. de (org). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOBBI, Izabel. A diversidade cultural vivenciada na infância: um intercâmbio entre crianças Guarani e crianças não-índias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 2007. Disponível em: . Acesso em: 1 nov. 2012
- GONDRA, J.G. (org.). História, Infância e Escolarização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- HEYWOOD, C. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil - A arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. -
- SILVA, Araci Lopes da; MACEDO, Ana V. L. da S.; NUNES, Ângela (Orgs.). Crianças Indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEPED/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 07/2023
Data: 14/06/2023